

ESTÓRIAS QUE ILUSTRAM A HISTÓRIA: AS NARRATIVAS FICCIONAIS DE LÍLIA MOMPLÉ

Silvaneide da Silva Costa (USP)

RESUMO: *Ninguém Matou Suhura*, *Estórias que ilustram a história*, obra da moçambicana Lília Momplé, contém cinco contos que abordam questões do cotidiano, em especial aqueles silenciados pela história oficial. O subtítulo da obra explicita a relação entre as micronarrativas e a macronarrativa histórica e determina o lugar a partir do qual se pretende enunciar a história: a autora se coloca do lado dos oprimidos para a partir das histórias do cotidiano (re)contar a história do país. Propomos uma análise pelo viés dos direitos humanos, destacando e problematizando os pilares da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade, cujos princípios universalizantes foram sucessivamente frustrados pelas iniciativas colonizadoras. A análise dos contos, nesse sentido, triparte-se: sob o viés da liberdade, problematizamos o trabalho forçado nas plantações de sisal, nas minas e o trabalho doméstico escravizado nos contos “Aconteceu em Saua-Saua” e “Caniço”; no pilar da igualdade, no conto “O baile de Celina”, abordamos o acesso à educação igualitária, já que durante a colonização, os negros recebiam uma educação rudimentar, voltada para trabalhos corporais; no pilar da fraternidade analisamos, no conto “Ninguém matou Suhura”, a representação multiétnica da sociedade moçambicana, levando em conta não somente as diferentes nacionalidades que residiam em Moçambique durante a colonização portuguesa, mas, sobretudo a desumanidade com que os portugueses subjugarão os moçambicanos no aspecto físico, intelectual e social. O trabalho diferencia o homem dos outros animais, só o homem transforma a natureza e a utiliza ao seu favor e, portanto o trabalho deveria ser fonte da auto-realização, caminho para o exercício da liberdade e algo que não aliena o homem. Assim, as relações de trabalho parecem ter sido determinantes para o processo colonizador que a autora desnuda nos contos, marcado pela opressão, segregação e aversão.

Palavras-chave: Lília Momplé. Ficção moçambicana. Direitos Humanos.

1. Introdução

Este texto resulta das reflexões iniciais no âmbito do projeto de dissertação de mestrado que tem como foco a obra da escritora moçambicana Lília Momplé **Ninguém matou Suhura**: estórias que ilustram a História, em desenvolvimento na Universidade de São Paulo, sob orientação da Prof.^a Doutora Rejane Vecchia da Rocha e Silva.

Liberdade, igualdade, fraternidade, lema da vitoriosa Revolução Francesa em 1789, tornou-se também um norteador para o reconhecimento dos Direitos Humanos

que culminou com a **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU). Apesar dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, instituídos no século XVIII, o colonialismo do século XIX foi responsável pela exploração de milhares de pessoas, pela negação à cidadania, liberdade e aos direitos básicos do homem. A esse respeito, no que se refere à colonização portuguesa na África, de modo geral, e em Moçambique, em específico, Sônia Corrêa e Eduardo Homem afirmam que “No texto das leis e na mente dos governantes preponderava a ideia da igualdade humana e aspiração geral de defender, proteger e educar os indígenas” (CORRÊA; HOMEM, 1977, p.144). Porém, apesar da aspiração fraterna, os interesses coloniais sobrepujavam a preocupação humanitária. Nesse sentido, os autores afirmam ainda que **O Código do Trabalho Autóctone Português**

foi modificado algumas vezes nas décadas seguintes, sempre aprimorando as formas de exploração ou tornando-as menos evidentes quando as campanhas movidas internacionalmente perturbavam a paz da administração colonial portuguesa (CORRÊA; HOMEM, 1977, p.144).

Assim, a partir de bases históricas da opressão colonial em Moçambique, propomos uma investigação, cujos objetivos consistem em identificar como os aspectos coloniais são transfigurados pela literatura, em quatro dos cinco contos do livro **Ninguém Matou Suhura, Estórias que ilustram a história** (2009), da escritora Lília Momplé.

Os contos abordam vários temas que se articulam a partir das relações de trabalho. Interessa-nos saber como tais contos deslindam as situações sociais por meio da literatura. Inicialmente, podemos perceber no discurso de Lília Momplé um grande grito de denúncia em relação à redução do trabalhador a um estado de miséria absoluta, remontando a etimologia do termo trabalho, cujo significado alude ao castigo ou à dor, conforme explica Reis, “A palavra surgiu no sentido de tortura, no latim *tripaliare*, torturar com *tripalium*, máquina de três pontas” (REIS, 2007, p.9).

Segundo Jair Teixeira dos Reis (2007), o trabalho compreendido como atividade humana passou por algumas fases históricas: o trabalho escravo (Escravidão), no qual o

homem “não era tratado como sujeito de direito e sim propriedade de *dominus*” (REIS, 2007, p.2); o sistema de servidões (Feudalismo) foi “um tipo muito generalizado de trabalho em que o indivíduo, sem ter a condição jurídica do escravo, na realidade não dispunha de sua *liberdade*” (REIS, 2007, p.4, grifo nosso); as corporações de ofício (Corporações), nas quais o trabalho especializado era ensinado a trabalhadores rigidamente divididos em três espécies, os mestres, os companheiros e os aprendizes, estes jamais chegavam ao posto de mestre, posto concedido apenas aos filhos ou sucessores dos mestres; e, finalmente, a Revolução Industrial quando surge o direito laboral e, portanto, o início das condições para o desenvolvimento da ideia do trabalho livre.

Em específico nas colônias portuguesas, só era considerado trabalho a atividade vinculada aos interesses do colonizador, excluindo práticas tradicionais de subsistência, conforme explicam Sônia Corrêa e Eduardo Homem:

Não [se] considerava como trabalho a cultura dos gêneros alimentícios tradicionais, a caça, nem tampouco a pesca. Enfim, tudo o que representava trabalho na sociedade africana. Para o governador de Moçambique, trabalho era o trabalho feito para o branco (CORRÊA; HOMEM, 1977, p.143)

Apesar do **Código do Trabalho Autóctone Português**, de 1928, ter sido incorporado, dois anos depois com a ascensão de Salazar ao poder, ao Ato Colonial, como já evidenciamos, todos os direitos de trabalho livre foram suplantados por sucessivos atos coloniais.

Portugal procurava seguir o exemplo de colonização dos modelos traçados pela Inglaterra, França e Bélgica, no entanto “como o dinamismo econômico português era infinitamente inferior” ao destes países, Portugal aprimorou-se “na opressão do negro, através do trabalho forçado nas culturas de exportação, e no envio de mão-de-obra para as minas sul-africanas” (CORRÊA; HOMEM, 1977, p. 138).

O trabalho forçado “custou a vida de mais de 100 milhões de seres humanos” (CORRÊA; HOMEM, 1977, p.139). Segundo os teóricos esta forma de trabalho era

[...] pior do que a escravatura simples, porque no tempo da escravatura o proprietário, depois de comprar o escravo como um animal, tratava-o bem, como a um cavalo ou boi. Aqui, o indígena não é comprado; é alugado pelo Estado, ainda que seja considerado um homem livre, e seu patrão importa-se pouco que ele caia doente, que morra no trabalho, porque quando isso acontece requisita outro. (CORRÊA; HOMEM, 1977, p.138)

Segundo os autores, este tipo de trabalho dava-se especialmente em duas esferas no campo, obrigando “As populações [...] a plantar o que interessava às companhias exploradas, recebendo por seu trabalho uma remuneração determinada a bel-prazer das companhias (CORRÊA; HOMEM, 1977, p.139); e nas minas da África do Sul “onde 400 mil moçambicanos eram exportados, proporcionando ao Tesouro (de Moçambique) uma arrecadação de um bilhão e duzentos milhões de escudos em 1961” (CORRÊA; HOMEM, 1977, p.139).

2. Saua-Saua e Caniço: espaços de liberdade e sujeição

Os contos “Aconteceu em Saua-Saua” e “Caniço” abordam a perspectiva do trabalho nesses diferentes espaços. O primeiro concentra-se no trabalho no campo e “Caniço” explora o trabalho forçado nas minas, o trabalho doméstico na cidade e a prostituição, evidenciando as opressões da desigualdade social.

“Aconteceu em Saua-Saua” é a primeira narrativa da obra **Ninguém Matou Suhura**. A escolha do título deste primeiro conto nos revela a opção centrada na ficcionalização de um espaço agônico que representa uma dentre várias situações de opressão e exploração do trabalhador rural. Refletindo sobre a amarração da trama entre ficção e realidade, constatamos que Lília Momplé cultiva o que diz José Paulo Netto a respeito da história: “a história é constituída pela vida dos homens. A história não é feita por grandes personagens” (NETTO, 2002, DVD 3, aula 3).

Segundo Corrêa e Homem, com o fim nominal do trabalho escravo no século XIX, foi criada a obrigatoriedade dos negros pagarem impostos ao governo colonial, seja por meio de moeda ou na forma de trabalho, originando assim o chamado trabalho forçado. Esta situação é retratada no conto analisado, expondo as angústias geradas por tais relações. Assim, o narrador onisciente narra o momento trágico da história de um

camponês de origem macua, chamado Mussa Racua, que tem por missão conseguir oito sacos de arroz para livrar-se de ir para o trabalho forçado da plantação de sisal. Contudo, a personagem fica submetida às condições desfavoráveis da natureza, razão pela qual sua colheita é parca, totalizando apenas seis sacos de arroz. A trama desenrola-se na peregrinação de Mussa Racua de palhota em palhota tentando conseguir com os amigos o restante do arroz.

A narrativa inicia-se *in media res*, com a personagem retratada em movimento, apresentando a última esperança de Mussa, entretanto, fica sugerida uma tensão crescente a cada negativa recebida até aquele momento:

Abudo é a sua última esperança. Contudo uma esperança tão remota e fugidia que, longe de o animar, o enche de pavor. Não recua só para justificar a si próprio que lutou até o fim (MOMPLÉ, 2009, p. 09).

Ao descobrir que Abudo não só não poderia ajudá-lo como também iria para a plantação, Mussa Racua entra em desespero, por já conhecer e por não querer que o seu amigo também padecesse as humilhações que ele havia passado: perder tudo, esposa, animais, honra e a dignidade.

-Escuta! – continua Mussa Racua, numa exaltação febril – eu nunca te falei daquele sofrimento. Todos os que experimentam a plantação não querem falar daquilo. A comida sabe a merda! E mesmo assim só é suficiente para um homem aguentar o trabalho. E aquele sisal que nunca mais acaba. Aquele sisal tem sangue, irmão, está cheio de sangue! A trabalhar sempre doente. Doente e a apanhar porrada. E depois de tanto tempo, vir de lá sem nada...sem nada, irmão! E aqui as nossas poucas coisas sem um homem para cuidar.

- Mas tem de ser, irmão, o colono é que manda. O que havemos de fazer? (MOMPLÉ, 2009, p.13)

A descrição dos sofrimentos a que eram submetidos os trabalhadores aponta para a situação do trabalho forçado que, segundo Corrêa e Homem, nascera na África do Sul com o descobrimento e crescente exploração das minas no Trásval. Para justificar a prática do trabalho forçado, “muitos teóricos de muitas nacionalidades afirmavam ser tal

medida necessária ‘para permitir ao negro sair da barbárie em quem se encontra e atingir a Civilização’ ” (Côrrea e Homem, 1977, p.89).

A fala da personagem condensa o desespero do sujeito que se vê confrontado pela falta de solução e pela possibilidade de lhe ter roubada a dignidade, mas é na fala do interlocutor (Abudo) que revela o grande flagelo: a falta de opção.

Entretanto, apesar do momento histórico de Mussa Racua não lhe ser propício às condições políticas para libertar-se do trabalho opressor, ele resiste e recusa-se a se submeter ao trabalho no campo de sisal: suicida-se utilizando um saco de arroz, ou seja, Racua utilizou o peso real e simbólico do saco de arroz para dar cabo da sua vida.

Apesar de o direito de ser livre já ter sido conquistado há cento e quarenta e seis anos – marco da Revolução Francesa – e a escravidão em Moçambique já ter sido abolida em 1836, isto é, há noventa e nove anos em relação ao tempo da narrativa (1935, segundo nota inicial do conto) ainda assim, a constatação “o colono é que manda” (MOMPLÉ, 2009, p.13) ecoa no conto e reverbera no texto seguinte, intitulado “Caniço”.

O segundo conto narra a saga do jovem Naftal de dezessete anos, “órfão de pai e o mais velho dos irmãos, [que] sente o peso da responsabilidade de ser praticamente o chefe de uma família de seis pessoas” (MOMPLÉ, 2009, p.25). O conto inicia a narrativa no presente, mas há um recuo temporal para introduzir o pai do jovem na narração. O pai trabalhou por vários anos nas minas do John, na África do Sul e faleceu de tuberculose.

O conto está datado ficcionalmente de 1945, o pai de Naftal, assim como os moçambicanos da atualidade, fez o trajeto entre Moçambique e África do Sul por longos anos. Quando ele retornava a casa “eram períodos de relativa abundância [...]” (MOMPLÉ, 2009, p.26). Os filhos menores “associavam o pai a guloseimas e a prolongados passeios [...]” (MOMPLÉ, 2009, p.26), mas da última vez não foi isto que ocorreu porque o pai “chegou magro e alquebrado, com uma estranha cor parda, tão diferente do seu belo tom, negro brilhante” (MOMPLÉ, 2009, p.26). Além dos sintomas visíveis, o pai apresentava uma tosse esquisita, seca e persistente e ao observar estes

sintomas, Naftal teve a certeza de que nunca mais veria o pai, quando o viu partir pela última vez para as minas.

Efectivamente, pouco tempo depois de o pai ter partido, receberam a notícia da sua morte. As minas tinha-lhe comido as forças e a carne, como a tantos outros negros que partem de Moçambique perseguindo sonhos de riqueza. E, depois de tantos anos de trabalho esgotante deixam como herança uma trouxa de roupa usada, um pequeno rádio e um par de óculos escuros. (MOMPLÉ, 2009, p.27)

A narrativa inicia-se com Naftal despertando sem vontade. Ele trabalha como empregado doméstico. Dentre uma das tarefas que Naftal realizava na casa dos patrões portugueses, ele tinha que regar o jardim repleto de “rosas, jasmims do Cabo, lírios, dalias, crisântemos, hortênsias, agapantos, patas de caranguejo, lágrimas de Cristo, antúrios, gladiolos...” (MOMPLÉ, 2009, p. 33), todas as manhãs, antes de o sol começar a aquecer, mas este espaço delicado do jardim com suas cores diversas, bem como o silêncio da casa, contrastavam com o sentimento de Naftal, pois apesar da aparente tranquilidade do ambiente que ele trabalhava, ele receava sofrer ameaças, insultos e pancada. Receio justificado e concretizado quando a patroa de Naftal sente a falta de um relógio, o que culmina com os funcionários injustamente espancados e feridos por palmatórias.

Há a descrição de três despertares de Naftal, e, em todos, ele desperta sem vontade porque ele nada esperava do dia que começava. Já tratamos do primeiro despertar. O segundo despertar ocorre após ele e sua mãe levarem Aidinha do hospital para casa e ele “aceita a doença e a morte próxima da irmã como aceitou a morte do pai nas minas do John, a miséria quotidiana, o medo e as humilhações. Para ele, tudo faz parte do destino dos negros” (MOMPLÉ, 2009, p. 31).

O fato de Naftal aceitar sem questionar a sua vida e acreditar que tudo o que ele vivia: acordar de madrugada, trabalhar domingos e feriados e não ter nada, mesmo sendo apenas um adolescente, clareia-nos o quanto os colonizadores desempenharam o seu papel de plantadores da semente da opressão histórica, pois foram eles que fixaram na mente dos africanos que estes últimos eram uma “raça inferior”.

Utilizar estes três momentos em que o jovem protagonista desperta para um novo dia, cria no leitor a expectativa de que o dia seguinte será melhor do que o anterior, porém isto não ocorre e frustra as expectativas de leitura.

Assim como inicia, “Caniço” termina retratando mais um dia em que Naftal acorda cedo para ir trabalhar. Por esta abertura e término do conto, verificamos que estes foram apenas alguns dias opressivos na vida deste jovem que tinha “uma vaga consciência de que a cidade se transforma gradualmente à medida que os bairros dos negros vão ficando para trás” (MOMPLÉ, 2009, p. 32). Naftal conseguia perceber que o nível social mudava à proporção que ele afastava de seu espaço familiar e aproximava-se de seu ambiente de trabalho, o bairro dos colonos. A descrição da disposição das casas nos faz visualizar as três camadas sociais existentes: no bairro dos negros, palhotas de caniço; no meio termo casinhas de madeira e zinco dos mulatos e indianos; no bairro dos ricos, prédios e casas de alvenaria.

Contrastando com Mussa Racua, Naftal consegue perceber a diferença social que existia entre eles e os colonos, porém diante dos castigos físicos e da opressão social, ele não difere de Mussa Racua, é também oprimido, mas ao contrário deste, aquele não fez nada para mudar a sua história de vida. E a circularidade da estrutura reforça a continuidade da situação social de falta de liberdade.

3. O baile da desigualdade

No eixo da igualdade, propomos a análise da narrativa do conto “O baile de Celina” que aborda questões do ambiente educacional. Mais precisamente, narra a expectativa da conclusão do 7º ano de Celina e do dia do seu baile, uma vez que, todos os anos, este era o evento mais esperado, pois reunia o Governador e pessoas importantes da elite portuguesa. Conforme o conto:

O baile dos finalistas do Liceu Salazar é considerado, todos os anos, o maior acontecimento social de Lourenço Marques e que além dos professores, alunos e seus familiares, a ele só tem acesso a mais alta burguesia colonial e conta com a presença do próprio Governador-Geral. (MOMPLÉ, 2009, p.51)

O conto passa-se ficcionalmente em Abril de 1950 e na véspera do baile anunciado no título. Neste dia, Celina estava no Liceu organizando os preparativos para a festa e D. Violante estava em casa muito alegre mostrando às suas clientes, Leonor e Celeste, os vestidos que ela e sua filha usariam no grande dia do baile que representava a ascensão social para família: “ela, o marido e a filha, uns simples mulatos, lá estarão, graças ao facto de Celina ter chegado ao 7º ano” (MOMPLÉ, 2009, p. 51).

Porém a expectativa da mãe e da menina não se realiza, pois, na véspera do baile, o reitor chamou Celina e o indiano Jorge Vieira para avisar-lhes que eles não poderiam participar do baile: “– Há certas coisas que é preciso dar tempo ao tempo. Vem o senhor Governador-Geral e pessoas que não estão habituadas a conviver com gente de cor” (MOMPLÉ, 2009, p.54).

Percebe-se que a própria escola atua como aparelho de segregação, uma vez que repete a ideologia dominante para qual interessa manter bem nítidos limites dos espaços sociais destinados ao colonizador e aos colonizados. De acordo com Teresa Cruz e Silva para legitimar o projeto “de construção da grande nação portuguesa, multiracial e pluricontinental, (2012, p.3)” a Igreja católica alinou-se ao Estado. Competia a esta instituição educar e catequizar os indígenas. Mediante Silva (2012, p.3), a educação em Moçambique, em meados de 1930, era ofertada, sobretudo, pelas instituições religiosas católicas e protestantes. Os católicos tinham um programa de educação que reforçava os ideais da coroa portuguesa.

Assim, o conto parece iluminar tal aspecto obscurecido pela história oficial e apontar para a impossibilidade de transpor os limites de classes, que não puderam ser superados mesmo com a aquisição do grau escolar como acreditava Dona Violante: “- Estuda, filha! Só a instrução pode apagar a nossa cor. Quanto mais estudares, mais depressa serás gente!” (MOMPLÉ, 2009, p.50). É claro que a personagem tem conhecimento de que é gente, porém sabe que para ser tratada com dignidade, precisava utilizar as mesmas armas do colono: dominar a Língua Portuguesa tanto escrita quanto falada. Contudo, nem isso bastou; concretizou o desejo de formar sua filha, porém elas não puderam, como os brancos da narrativa, desfrutar do prestígio de exhibir à sociedade

local que uma mulata conseguira se formar e, por algum momento, bailar sobre as barreiras que lhes foram impostas para receber tal diploma.

4. Um apelo à fraternidade

“Ninguém matou Suhura” é o terceiro conto do livro homônimo. A narrativa descreve o confronto de duas personagens que são historicamente antagônicas: colonizador e colonizado. O conto estrutura-se em três subdivisões. Na primeira, temos a apresentação do administrador, sua família, suas funções burocráticas e os gozos que este título lhe concede. Na segunda, conhecemos jovem Suhura de origem macua, de apenas quinze anos de idade, órfã de mãe e criada pela vó, já idosa. A terceira subdivisão descreve o confronto entre colonizador e colonizada.

Nessa trama, além do administrador e Suhura já mencionados, destacamos a avó da jovem, também de origem macua e contadora de histórias e o sipaio Abdulrazaque. Quanto ao papel desempenhado pela avó, o conto retrata o momento em que a moça ficou órfã de mãe e necessitou ir morar com a idosa, no entanto, a jovem “chorava todos os dias. Pouco a pouco, porém, as lindas histórias que a avó lhe contava à noitinha [...], foram apagando a doce lembrança da mãe e do mato cheiroso e verde onde nascera” (MOMPLÉ, 2009, p.76). Quanto ao sipaio, também de origem macua, “[...] é um negro gordo e untuoso, cujo sorriso não consegue apagar a expressão maldosa dos olhos” (MOMPLÉ, 2009, p.64).

O que nos chama a atenção nesse conto não é somente a violência utilizada pelo colonizador português para dominar e possuir a jovem Suhura, mas também a estratégia de esfacelamento dos laços fraternos entre os moçambicanos, uma vez que foi o sipaio Abdulrazaque que “encarregou-se depois de todos os preparativos para o encontro desta tarde” (MOMPLÉ, 2009, p. 66). Foi ele quem abordou a vó da menina:

- Velha, não sabe o que está a dizer! – berrou irritado - Eu podia chegar a sua casa e levar a sua neta para o senhor administrador e pronto. – Mas eu não gosto de faltar ao respeito e, por isso, pedi à nuno Agira para falar primeiro. [...] E você, velha, em vez de ficar contente, quer discutir as ordens do senhor

administrador? [...] O sipaio falava em macua, mas introduzia de vez em quando uma frase em português, para marcar bem as distâncias entre ele e a velha que mal percebe esta língua. (MOMPLÉ, 2009, p.82)

Na sua ignorância e afã de cumprir as ordens do administrador, Abdulrazaque julga estar respeitando a avó de Suhura, apenas por utilizar uma intermediária, mas constatamos no fim dessa conversa que ele levanta-se, posta-se “diante da avó, dominando-a com o seu corpo imenso [...]”(MOMPLÉ, 2009, p.82) e deixa marcado o dia que virá buscar Suhura para o encontro com o administrador. Porém, no dia marcado, a avó diz que a jovem estava doente. Nesse dia o sipaio insulta e ameaça a avó. Combinam então um novo dia. Quando chega novamente o dia do acordo, a avó não tem mais como proteger a neta e aconselha-lhe para ir com o sipaio, para evitar que ele levasse a jovem à força da avó e ou prendê-la.

No desfecho da narrativa, a jovem morre e é através da boca de Abdulrazaque que ouvimos a frase célebre que nomeia a obra e o conto “Ninguém matou Suhura. Ninguém matou Suhura. Compreende? A avó compreende muito bem” (MOMPLÉ, 2009, p.88), quando ele leva o corpo da menina à avó e com essa frase ele intimida a idosa para silenciá-la. Sabemos que antes do advento do colonialismo, os moçambicanos não viviam em total harmonia, porém a estrutura truculenta do colonialismo feriu não somente aos moçambicanos de forma física, como ocorreu com Suhura, mas também a um preceito tradicional moçambicano: a saber, o respeito aos mais velhos, pois eles são portadores do conhecimento cultural, e, portanto, eram tratados com o máximo de respeito.

Como já aludimos, o poder de fala da avó trouxe bem estar à neta, já com a fala do sipaio, a idosa foi obrigada a calar-se. Concluimos assim que o colonialismo utilizou ferramentas eficazes para dividir, desestruturar, colonizar e manter silenciados o povo moçambicano e a sua a cultura.

Considerações finais

Com este pequeno percurso histórico através das “estórias que ilustram a história”, engendradas por Lília Momplé, notamos que a desigualdade com que os

administradores coloniais portugueses submeteram os moçambicanos atuou na reificação do homem, convertendo-o em força de trabalho e mercadoria. De acordo com José Paulo Netto (2002, DVD 4, aula 4), “os homens fazem a sua história, mas não a fazem em condições que escolhem”. Os contos analisados parecem entrar em consonância com tal postulado, já que retratam situações de opressão que confrontam com os pilares dos direitos do homem proclamados pela Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade, cujos princípios universalizantes foram sucessivamente frustrados pelas iniciativas colonizadoras. Assim, a autora desnuda nos contos o processo colonizador marcado pela opressão, segregação e aversão.

Notamos o posicionamento político-ideológico de Lília Momplé que pela denúncia, almeja que o ser humano seja valorizado, não pela sua capacidade de produção, mas por sua humanidade.

Referências

CORRÊA, Sônia; HOMEM, Eduardo. **Moçambique primeiras machambas**. Rio de Janeiro: Margem Editoria, 1977.

CRUZ e Silva, Teresa. Educação, identidades e consciência política: a Missão Suíça no Sul de Moçambique (1930-1975); in Castelo, C. Et al. **Os outros da Colonização: ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique**. Lisboa: ICS, 2012. p. 103-116.

HOUNTONDJI, Paulin. Conhecimento de África, Conhecimento de Africanos: duas perspectivas sobre Estudos Africanos. In: Santos, B.S. ; Meneses, M.P. (orgs.).

Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina: 2009. p. 120-131.

MOMPLÉ, Lília. **Ninguém matou Suhura**: Estórias que ilustram a História. Moçambique: Edição da Autora, 2009.

NETTO, José Paulo. Curso o método em Marx: aula 3. Recife: UFPE, 2002. 2 DVDs (141 min).

_____: aula 4. Recife: UFPE, 2002. 2 DVDs (182 min).

REIS, Jair Teixeira dos. . **Manual Prático de Direito do Trabalho** - 2ª Edição - Revista e Atualizada, Curitiba: Juruá Editora, 2007.